

29 JUN 1987

POLÍTICA

INDEXADO

Amé
Kag

Constituinte:
a proposta para a organização
sindical pode mudar outra
vez — contra a escolha do relator da
Comissão de Sistematização.

A pluralidade sindical: mais forte?

A pluralidade de sindicalização aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte deverá ser substituída pela "unicidade", como preferem os trabalhadores e sindicalistas e como foi aprovado por unanimidade na fase anterior dos trabalhos da Assembléia. O pedido de reintegração do texto original será feito pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), sob o argumento de que o relator-geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), optou, nesse caso, pela redação de outra comissão, a da Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, menos avançada.

O artigo 6º, inciso II do capítulo dos trabalhadores do relatório de Gabriel dispõe que "não será constituída mais de uma organização sindical em qualquer grau, representativa de uma categoria profissional ou econômica, em cada base territorial". Segundo o inciso III, "os empregados de uma empresa integrarão um mesmo sindicato (unicidade) constituído segundo o ramo de produção ou atividade da empresa, garantida a representação dos sindicatos das categorias diferenciadas nas negociações coletivas".

O relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, deputado Mário Lima (PMDB-BA), considerou a aprovação da pluralidade sindical "uma absurdo", advertindo que isso dará ao Estado um poder de arbítrio contras os trabalhadores pior do que o existente agora.

Já o presidente dessa subcomissão, senador Geraldo Campos (PT-DF), manifestou-se contra a aprovação da contribuição sindical voluntária (atualmente ela é obrigatória). Como ex-dirigente sindical ele entende que dessa forma muitos sindicatos seriam inviabilizados, principalmente os da zona rural.

Ainda sobre a questão trabalhista, o relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), previu que a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais — aprovadas pela Comissão de Sistematização — não passarão do plenário porque são radicais demais. Para ele, esses assuntos devem ser tratados pela legislação ordinária.

Richa também apoiou a opinião dos ministros militares, contra a concessão de anistia "ampla, geral e irrestrita", com reintegração e demais vantagens inerentes às

patentes dos punidos conforme prevê o anteprojeto da Comissão de Sistematização.

Reunião adiada

Essa comissão, aliás, acabou não realizando sua primeira reunião, marcada para ontem, destinada a discutir o anteprojeto de Constituição elaborado na sexta-feira. O motivo alegado pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), foi a ausência do relator-geral, Bernardo Cabral, que estava em Recife para fazer uma palestra na Sudene. Ficou marcada nova reunião para hoje, a partir das 20h, também no plenário da Câmara dos Deputados.

A não realização da reunião foi atribuída a uma falha regimental, pois o regimento interno não se preocupou com a falibilidade da figura do relator, não prevendo a existência de sub-relatores ou de relatores-auxiliares que pudessem substituir o titular em seus impedimentos.

Além disso, pelo cronograma de Bernardo Cabral essas reuniões só deveriam ser realizadas a partir do dia 9 de julho. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães é que, as antecipou para esta semana.

Dizem que a política é a arte de administrar as ingratidões. A frase é atribuída ao presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, mas é conhecida há tanto tempo que provavelmente, frasista como é, Ulysses a tenha aprendido na velha escola do PSD, quando pontificaram Cirilo Junior, José Maria Alkmin, Juscelino Kubitschek, Benedito Valadares e tantos outros hábeis maneiradores da habilidade da acomodação e da paciência. Agora, Ulysses Guimarães assiste a uma curiosa reviva-volta dentro dos quadros da Constituinte e da legenda de que se tornou uma espécie de bandeira ameaçada pelo desgaste do tempo e das insatisfações pessoais e grupais, e até porque ele preside o partido desde a substituição do general Oscar Passos, seu primeiro presidente no antigo MDB.

Os contestadores de Ulysses o querem longe da Câmara, onde ele ainda tem ano e meio de mandato como presidente, e do próprio partido, onde tem mandato prorrogado até meados de 1988. Ninguém garante que ele não venha a confirmar a renovação da presidência, através de escolha convencional ou de prorrogação dos diretórios a que se acostumaram os partidos, repetindo os vícios da velha Arena travestida de PDS, quando a corrosão popular ameaçava surpreendê-la nas eleições.

Por isso, conjugam-se os interesses dos que o desejam eliminar como concorrente à

Constituinte



O administrador de ingratidões

Freitas Nobre

Presidência da República, sejam do PMDB, como Montoro, Quéricia, Newton Cardoso; sejam do PFL, como Aureliano e Marco Maciel; ou os que, como José Richa, Milton Reis e Afonso Camargo, pretendem a presidência nacional do partido, difícil de ser deslocada desde que Ulysses se assentou na curul peemedebista.

Também estão interessados os que sonham com a presidência da Câmara, em face do seu afastamento em março de 1988, como Homero Santos, seu 1º vice-presidente, ou mesmo os que, como Fernando Lyra, o temem

concorrendo em uma reeleição presidencial do Legislativo, embora proibida numa mesma legislatura.

Esses e outros parlamentares ou não, sonham com Ulysses fora da raia, alguns deles, como Carlos Sant'Ana e Afonso Camargo, que escaparam do Ministério Sarney e que esperam integrar-se por seu intermédio na esteira do parlamentarismo, que o presidente do PMDB chama de mitigado, mas que não é outro senão o da ponte do acordo em que colocam o diabo como intermediário, na esperança de afugentar os anjos que em ciranda o envolvem e influenciam.

Afinal, Ulysses primeiro-ministro agrada Sarney, porque poderá dividir com ele as vicissitudes de uma administração impopular; satisfaz os candidatos que o vêem fora do páreo presidencial; alegra os concorrentes aos postos do Legislativo, com sua exclusão de nova disputa e, afinal, os que alimentam a esperança de participar de um governo de parlamentares.

Mas, para deixar que se estimulem os apetites e para fortalecer sua candidatura a primeiro-ministro, Ulysses só confia com os íntimos, deixando que os interessados nas várias vagas que ele abre desenvolvam sua campanha, estimulando os demais a vencerem da oportunidade de sua indicação, desbastando as resistências do parlamentar...